

## A SAÚDE DOCENTE NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

### BRASILEIRAS: tema esquecido ou invisibilizado?

Maria José Silva Andrade<sup>1</sup>

Maria Alice Melo<sup>2</sup>

#### RESUMO

A saúde desempenha um papel fundamental na qualidade de vida dos professores, na própria educação e no desenvolvimento dos alunos. Este artigo propõe reflexões sobre as implicações das reformas educacionais no trabalho e na saúde dos professores, para entender como as políticas educacionais brasileiras se comportam em relação à saúde docente, buscando identificar se a temática está contemplada no contexto daquelas. O estudo revela que o tema, não obstante vir se constituindo objeto de atenção crescente por parte de pesquisadores, ainda não encontrou visibilidade nas normativas legais que orientam as políticas educacionais, por conseguinte, permanece pouco contemplado, o que demonstra que existem desafios significativos a serem enfrentados, entre os quais se incluem a falta de ações efetivas de apoio e proteção à saúde docente, investimento adequado e a necessidade de implementar medidas preventivas mais abrangentes.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; Trabalho Docente; Saúde Docente.

#### ABSTRACT

Health plays a pivotal role in the quality of life of educators, in education per se, and in the development of students. This article puts forth reflections on the implications of educational reforms on the labor and well-being of teachers, with the aim of comprehending how Brazilian educational policies comport themselves with regard to the welfare of the teaching profession, while seeking to identify whether this subject matter finds due consideration within the aforementioned context. The study reveals that, notwithstanding the growing attention it has garnered from researchers, the theme has not yet attained prominence in the legal norms that guide educational policies, thus remaining insufficiently addressed. This indicates the existence of noteworthy challenges that must be confronted, including the dearth of effective supportive and protective measures for teacher health, inadequate investment, and the imperative to implement more comprehensive preventive actions.

**Keywords:** Educational Policies; Teaching Profession; Teacher health.

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão; Mestra em Educação pelo PPGE/UFMA, Discente do Curso de Doutorado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Maranhão; E-mail: mjs.andrade@discente.ufma.br.

<sup>2</sup> Universidade Federal do Maranhão; Mestra em Educação - Administração de Sistemas Educacionais pelo IESAE/FGV, Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo – USP. Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão. E-mail: maria.alice@ufma.br.

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 1 INTRODUÇÃO

Em um país crivado de desigualdades de todos os matizes, as políticas educacionais têm sido anunciadas como estratégias essenciais à promoção de uma educação que busque alcançar os segmentos mais carentes da população, e um dos principais atores presentes na ponta do processo de implementação dessas políticas são os educadores; nesse sentido, a sua saúde apresenta-se como um fator crítico na qualidade da educação e no desenvolvimento dos alunos, bem como influencia diretamente a situação de vida e de desempenho profissional dos próprios docentes.

Nessa perspectiva, questiona-se: no contexto das políticas educacionais brasileiras há uma abordagem voltada à promoção e proteção da saúde dos educadores? Este artigo objetiva, portanto, analisar como as políticas educacionais brasileiras têm contemplado a saúde docente, identificando avanços e desafios a serem enfrentados, assim como, a importância desse tema no cenário educacional, partindo de necessárias reflexões sobre as implicações das reformas educacionais no trabalho e na saúde docente.

A saúde docente tem recebido uma atenção cada vez maior, principalmente na literatura científica, o que não só reflete o reconhecimento da importância dos professores como agentes de transformação na educação, como, ao mesmo tempo, sinaliza para a atenção que precisa ser dada à temática. Nessa perspectiva, evidencia-se que a saúde docente tem se tornado cada vez mais necessária no contexto das políticas educacionais, exigindo um estudo mais criterioso do seu impacto na qualidade da educação e, sobretudo, na vida dos profissionais.

Para a elaboração deste estudo adotou-se uma abordagem qualitativa de pesquisa e utilizou-se, como procedimentos metodológicos, as pesquisas bibliográfica e documental, ancoradas em autores que discutem a temática e em documentos legais pertinentes. Assim, espera-se contribuir para o processo de debate sobre a saúde docente no contexto das políticas educacionais, considerando as repercussões que as reformas neoliberais têm implicado na educação e no trabalho docente e o quão isso tem impactado na saúde e na qualidade de vida dos professores brasileiros.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

## 2 IMPLICAÇÕES DAS REFORMAS EDUCACIONAIS NO TRABALHO E NA SAÚDE DOCENTE: uma reflexão necessária

As reformas neoliberais de educação que ocorrem no Brasil a partir dos anos 1990, diferentemente das anteriores, se apoiam em pressupostos como a equidade social, implicando em uma nova regulação para as políticas educacionais e, por conseguinte, profundas mudanças nas formas de organizar o gerir o trabalho na escola (OLIVEIRA, 2004).

Esse conjunto de reformas e as mudanças decorrentes implicam um processo mais intenso de sobrecarga de funções e atribuições aos(as) professores(as), desacompanhado das adequadas e necessárias condições de trabalho, provocando uma reestruturação do trabalho docente, ou seja, novos contornos se delineiam e novas obrigações são agregadas ao desenvolvimento das atividades das educadoras e dos educadores, o que fatalmente resvala para um processo de precarização do trabalho docente, o que, segundo Marin (2010, s.p.), “Refere-se a mudanças marcadas por características com conotações negativas no conjunto do exercício da função docente.”

A autora procede a um levantamento acerca da temática *precarização do trabalho docente*” nas teses e dissertações do Banco da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior (CAPES), entre os anos de 1987 a 2009, e conclui, em sua análise, pelo caráter polissêmico da expressão que passa pelas formas como esta é compreendida:

a) Nas caracterizações da precarização do trabalho docente, foram obtidas as seguintes vinculações: quando se refere às mudanças do trabalho, encontra-se flexibilização; intensificação; desemprego; desprofissionalização; degradação; sobrecarga; cobranças; fragilização; desvalorização; competitividade; condições de trabalho e de pesquisa; perda de autonomia; novas categorias de trabalhadores, sobretudo os temporários; ausência de apoio à qualificação; e, ainda, algumas especificações da esfera pedagógica, tais como valorização do saber da experiência em detrimento do pedagógico; ação docente pouco sólida em termos de conhecimento; envolvimento dos professores em trabalhos burocráticos. b) No que tange às consequências da existência dessas modificações, verificam-se referências a: desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos. (MARIN, 2010, s.p.).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

Percebe-se, portanto, duas fortes dimensões associadas à precarização do trabalho docente, aquela vinculada às significativas mudanças que se interpuseram ao próprio trabalho e, por outro lado, os efeitos nefastos destas decorrentes, que não se limitam ao trabalho material em si, mas se aprofundam e alargam, atingindo o docente como pessoa, ser humano suscetível a situações diversas e adversas.

Piovezan (2017), em seu trabalho dissertativo sobre “As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal”, apresenta uma hipótese sobre o avanço da precarização na década de 1990, segundo a qual, referido avanço:

[...] ocorreu a partir da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que impulsionou, juntamente com a reforma administrativa do Estado, a criação de uma série de leis, decretos, programas etc., que alavancaram a precarização do trabalho docente. (PIOVESAN, 2017, p. 52).

Nesse sentido, a autora correlaciona ao processo cinco conceitos que permitem um melhor entendimento: i) flexibilização do trabalho, que diz respeito à diversidade e ao acúmulo de tarefas, de modo que as múltiplas tarefas inseridas no cotidiano docente podem contribuir para a descaracterização do trabalho e perda de autonomia dos docentes.

Prosseguindo-se com os demais conceitos trazidos por Piovezan (2017), tem-se: ii) intensificação do trabalho, que se manifesta na forma da ampliação do número de aulas, de turnos e de alunos, fator agravado, sobretudo, por modificações na legislação que permitiram aos docentes o acúmulo de cargos e de horas trabalhadas, medida da qual precisa se valer para suprir a baixa remuneração e a desvalorização às quais são submetidos diariamente; iii) flexibilização nas formas de contratação, caracterizada por formas mais atuais e exploratórias na relação empregador-trabalhador, entre as quais aquelas que ocorrem por prazo determinado, contrato temporário ou por tempo parcial.

Gomes (2019) apresenta um estudo sobre as características da contratação temporária de professores nas redes públicas de educação básica no Brasil, no qual se evidencia que “Em 2018, a proporção média de professores com contratos temporários era de 40% nas redes estaduais [...]” (GOMES, 2019, p. 12). O gráfico

PROMOÇÃO



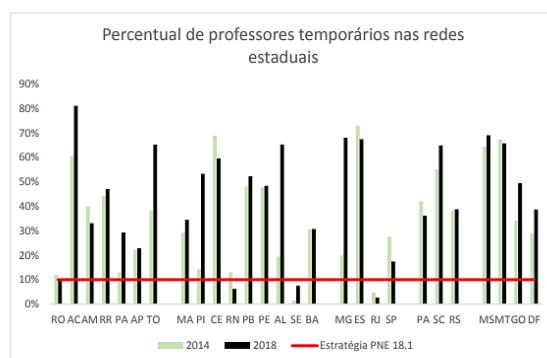
APOIO





abaixo demonstra a situação dos estados brasileiros, no qual é possível observar que o Maranhão se encontra na média em 2018, mas com elevação em relação ao percentual de 2014, no entanto, muito acima do estabelecido na Estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024:

Gráfico 1 - Percentual de professores temporários nas redes estaduais.



Fonte: Sinopses Estatística do Censo Escolar 2014-2018/Inep. Elaboração: Conlei/CD.

**Figura 1** – Gráfico 1 - Percentual de professores temporários nas redes estaduais

Fonte: Gomes (2019, p 13)

Já o gráfico seguinte traz a mesma situação da temporalidade das contratações, agora pertinente às redes municipais, demonstrando que o Maranhão continua dentro da média nacional em 2018, com discreta queda quando comparada com a de 2014, o que não significa melhora no quadro, ao contrário, ratifica que o estado não atende ao prescrito no PNE 2014-2024:

Gráfico 2 - Percentual de professores temporários nas redes municipais.



Fonte: Sinopses Estatística do Censo Escolar 2014-2018/Inep. Elaboração: Conlei/CD.

**Figura 2** – Gráfico 2 - Percentual de professores temporários nas redes municipais

Fonte: Gomes (2019, p 14)

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



Os conceitos finais abordados por Piovezan (2017) que contribuem para compreender o processo de precarização do trabalho docente são: iv) arrocho salarial, evidenciado principalmente com a expansão da escolaridade obrigatória e que se manifesta por meio da redução dos salários dos novos docentes admitidos e da legalização de um piso salarial baixo, que não dá conta de suprir as necessidades pessoais e familiares dos docentes e que por isso necessitam recorrer a formas variadas de complementação de renda; v) perda do controle sobre o processo de trabalho, caracterizada sobretudo pelo controle do Estado sobre os currículos, materiais didáticos e formas e critérios de avaliação, denotando uma quebra entre a concepção e a execução do trabalho na medida em que os docentes não são responsáveis por aquela, resultando numa espécie de sujeição e de adaptação (PIOVEZAN, 2017).

Esse percurso oferece subsídios para percepção do quão esse processo de reestruturação e precarização do trabalho docente, em parte decorrente do conjunto de reformas educacionais empreendidas particularmente a partir da década de 1990, repercute sobremaneira na saúde dos(as) professores(as), ocasionando comprometimentos não apenas físicos, mas, ou principalmente, de ordem mental, como apontam estudos correlatos (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009; ARAÚJO; PINHO; MASSON, 2019).

Precárias condições de trabalho associadas à sobreposição de tarefas e outros fatores contribuem para a produção de um perfil de adoecimento docente; essa afirmação encontra respaldo, entre outros, no relatório elaborado por REIMBERG; SOUZA; SILVA; OLIVEIRA, 2022), que, ao investigarem as condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil, voltaram seu olhar aos docentes da educação básica, superior, a distância e de jovens e adultos, apresentando, em relação ao primeiro público, duas perspectivas de análise, a histórica e a epidemiológica, sendo que, nesta última, afirmam:

Alguns estudos de cunho epidemiológico realizados com professores de diversas partes do país vêm apontando para uma alta incidência de adoecimento envolvendo essa categoria profissional. Por traçarem o perfil de morbidade das populações por eles investigadas, esses estudos permitem constatar que os principais agravos à saúde dos professores têm gravitado principalmente em torno dos transtornos mentais e comportamentais, dos

PROMOÇÃO



APOIO

distúrbios da voz, bem como dos distúrbios osteomusculares e cardiovasculares, constituindo-se esses nos primeiros – e principais – agravos presentes no conjunto dos adoecimentos que têm acometido os professores. (REIMBERG; SOUZA; SILVA; OLIVEIRA, 2022, p. 28).

Situações de sofrimento mental são frequentemente referidas por estudiosos do assunto, a exemplo do que constatarem os autores acima:

Com base nos registros de licenças médicas da Diretoria de Perícias Médicas e Saúde Ocupacional de Alagoas, Silva et al. (2012) analisaram o perfil dos afastamentos por transtornos mentais e comportamentais de servidores públicos daquele estado no ano de 2009. Os resultados indicaram que 20,2% do total de afastamentos de servidores públicos estaduais foi motivado por transtornos mentais e comportamentais (n=1.668) e que a categoria dos professores representou 45,0% do total dos afastamentos. Entre os tipos de afastamentos, sobressaíram os transtornos de humor-afetivos (61,0%) e os transtornos neuróticos relacionados ao estresse e transtornos somatoformes (26,4%). (REIMBERG; SOUZA; SILVA; OLIVEIRA, 2022, p. 31).

Se há, portanto, um processo de adoecimento docente que vem sendo denunciado por meio das pesquisas relacionadas ao tema, não se pode descurar que tal processo pode, inevitavelmente, repercutir na qualidade de vida desse profissional e ainda no contexto do trabalho pedagógico desenvolvido, implicando de certa forma na qualidade do mesmo.

## 2.1 A saúde docente nas políticas educacionais: tema invisibilizado?

Refletir sobre implicações das reformas educacionais no trabalho e na saúde docente contribui para o entendimento de o quão as exigências e mudanças decorrentes dessas reformas impactam no processo de precarização do trabalho e na saúde dos docentes, o que conduz a pensar que, entre os vários desafios que essa problemática traz, podem ser destacados a necessidade de criação e implementação de políticas que contemplem a saúde docente não só como situação de saúde coletiva, mas condição para a dignidade da pessoa e a qualidade da educação.

Nesse sentido, haveria de se esperar que as normativas mais recentes que regulamentam, ou das quais derivam programas, projetos e ações que integram as políticas educacionais, pudessem se referir de forma mais clara ao tema da saúde docente, contudo, se se levar em conta, por exemplo, o Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



da Educação Básica, em nada se refere a esse objeto, deixando a cargo do leitor e nas entrelinhas do texto, subtender, em relação a isso, que o decreto traz alguma referência no Art. 2º, ao afirmar que a formação dos profissionais da educação terá, entre os princípios estabelecidos, o “IX - a valorização dos profissionais da educação, traduzida em políticas permanentes de estímulo à profissionalização, à progressão na carreira, à melhoria das condições de remuneração e à **garantia de condições dignas de trabalho**” (BRASIL, 2016, p. 2, grifo nosso); a inferência, nesse caso, ocorre em razão de que condições dignas de trabalhos são pré-requisito essencial à prevenção de adoecimentos e proteção à saúde dos professores e das professoras.

A Resolução nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), vai referir-se à saúde docente apenas no ANEXO- BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO), ao tratar das Competências Gerais Docentes: “8. Conhecer-se, apreciar-se e **cuidar de sua saúde física e emocional**, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.” (BRASIL, 2019, p. 15, grifo nosso), e o faz na perspectiva de o docente vir a desenvolver tal competência por si e para si, ou seja, não caberia aí destacar elementos essenciais que deveriam estar presentes no currículo de formação inicial dos professores, por exemplo, na organização curricular como um componente que os orientassem quanto ao desenvolvimento dessa competência e os alertassem em relação à problemática, reconhecendo a importância da saúde docente como parte integrante da formação e do desenvolvimento profissional dos educadores?

O Parecer CNE/CP nº: 14/2020, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), homologado por meio da Portaria nº 882 (D.O.U. de

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

26/10/2020, Seção 1, Pág. 57), bem pouco refere à saúde dos profissionais da educação e, quando o faz, aborda mais numa perspectiva de responsabilização dos próprios agentes, como se observa no item 4.2 Fundamentos Pedagógicos, em que estabelece como um base para esses Fundamentos as Diretrizes Curriculares Nacionais de Formação Inicial, das quais se extrai:

VIII. Desenvolvimento pessoal e profissional integral dos docentes e das equipes pedagógicas, por meio da capacidade de autoconhecimento, da aquisição de cultura geral ampla e plural, **da manutenção da saúde física e mental**, visando a constituição e integração de conhecimentos, experiências relevantes e pertinentes, competências, habilidades, valores e formas de conduta que respeitam e valorizam a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; (BRASIL, 2020, p. 12, grifo nosso).

No item 4.3. Competências Gerais Docentes, o mesmo documento estabelece como uma das competências dos professores: “8. Conhecer-se, apreciar-se e **cuidar de sua saúde física e emocional**, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com estas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.” (BRASIL, 2020, p. 13, grifo nosso), sem referir-se minimamente às condições para que tal competência seja desenvolvida, ou mesmo o apoio com o qual os docentes poderão contar.

Fundamentada no Parecer acima, a Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020, que Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), não avança quanto à temática, e nem poderia com aquele colidir, ratificando, destacando, no Art. 6º, entre os fundamentos pedagógicos da formação continuada de docentes da Educação Básica:

VIII - Desenvolvimento pessoal e profissional integral dos docentes e das equipes pedagógicas, por meio da capacidade de autoconhecimento, da aquisição de cultura geral ampla e plural, **da manutenção da saúde física e mental**, visando a constituição e integração de conhecimentos, experiências relevantes e pertinentes, competências, habilidades, valores e formas de conduta que respeitam e valorizam a diversidade, os direitos humanos, a democracia e a pluralidade de ideias e de concepções pedagógicas; (BRASIL, 2020, p. 4, grifo nosso).

PROMOÇÃO



APOIO



Pergunta-se: se na formação inicial esse tema não fora contemplado, não caberia trazê-lo para a regulamentação da formação continuada?

A mesma Resolução acima traz no seu ANEXO I - BASE NACIONAL COMUM PARA A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA (BNC-FORMAÇÃO CONTINUADA), ao tratar das Competências Gerais Docentes: “8. Conhecer-se, apreciar-se e **cuidar de sua saúde física e emocional**, compreendendo-se na diversidade humana, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com estas, desenvolver o autoconhecimento e o autocuidado nos estudantes.” (BRASIL, 2020, p. 8, grifo nosso).

Infere-se, portanto, que cuidar da própria saúde, seja física ou mental, nada mais é do que uma competência a ser desenvolvida pelos professores, o que é ratificado logo a seguir, em dois momentos, na continuidade do Anexo I: a) na Área sobre o Desenvolvimento e Responsabilidades Profissionais, nas “COMPETÊNCIAS 5 - 3.5 Investir no aprendizado constante, **atento à sua saúde física e mental**, e disposto a ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos.” (BRASIL, 2020, p. 9, grifo nosso), e b) nas COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS E HABILIDADES DA DIMENSÃO DO ENGAJAMENTO PROFISSIONAL, que repete o texto anterior: “3.5 Investir no aprendizado constante, **atento à sua saúde física e mental**, e disposto a ampliar sua cultura geral e seus conhecimentos específicos;” (BRASIL, 2020, p. 15, grifo nosso). Como os docentes poderão garantir essa atenção e a manutenção da sua saúde física e mental? Quais mecanismos, estratégias e condições lhe são viabilizadas para tal? Existe uma política educacional que se preocupe efetivamente com essa temática ou pelo menos a ela se refira? Há que se destacar, portanto, que o texto legal imbuí o profissional de uma responsabilidade unilateral, como se dependesse apenas de si a atenção e o cuidado que precisam ser dispensados, quando outros fatores obstaculizam ou se inserem na problemática.

Embora o texto legal não contemple a problemática como deveria, alguns avanços têm sido observados por meio de iniciativas que variam de acordo com os contextos estaduais e municipais, tanto em termos de abrangência quanto de foco, iniciativas que têm buscado melhorar as condições físicas das escolas, investindo em

PPGPP  
30 ANOSJOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

infraestrutura adequada e proporcionando um ambiente de trabalho mais seguro e saudável, que abordam questões como o estresse e a carga de trabalho excessiva e voltados para o bem-estar emocional e físico dos educadores, que promovem atividades físicas e de relaxamento para os professores, visando melhorar a postura e reduzir o esgotamento, entre outras, todavia, essa é uma realidade ainda tímida e de pouco alcance e geralmente são desenvolvidos em parceria com instituições de saúde, sindicatos, universidades e outras organizações, porém, se faz necessário que tais iniciativas sejam integradas a políticas educacionais abrangentes e que recebam investimento adequado para garantir sua eficácia e continuidade ao longo do tempo.

Observa-se, portanto, que as políticas educacionais brasileiras, por meio dos programas e/ou projetos pensados e desenvolvidos pelas diferentes esferas governamentais, pouco têm se voltado a apoiar a saúde docente; não se conseguiu identificar, no contexto das políticas educacionais brasileiras, uma política específica que se destaque como a que mais se preocupa com a saúde dos professores, além disso, a saúde docente pouco é abordada dentro das políticas mais abrangentes que visam a formação, valorização e qualidade de vida dos profissionais da educação.

### 3 CONCLUSÃO

A saúde dos professores é um fator determinante para a qualidade da educação, professores saudáveis têm maior satisfação profissional e estão mais propensos a permanecer na carreira docente a longo prazo, reduzindo, inclusive, o índice de absenteísmo trabalhista. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais brasileiras considerem a saúde dos professores como um componente essencial para o alcance dos objetivos educacionais.

Apesar dos avanços, existem desafios significativos a serem superados, a falta de investimento adequado é um dos principais obstáculos para a implementação efetiva das políticas de saúde docente. Recursos limitados impactam negativamente a capacidade de oferecer programas de apoio psicológico e de saúde preventiva aos professores. Além disso, é necessário ampliar a abrangência das medidas de suporte,

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



buscando uma abordagem mais integrada que considere não apenas os aspectos físicos e emocionais, mas também as condições objetivas e subjetivas de trabalho, a qualidade das relações e a valorização profissional.

A construção de políticas mais eficazes e sustentáveis requer uma ação colaborativa e contínua entre os diversos atores envolvidos no sistema educacional brasileiro, e uma atuação conjunta entre as partes interessadas, incluindo governos, gestores educacionais, professores, profissionais de saúde e representantes sindicais, para promover políticas educacionais que valorizem e protejam a saúde dos professores, reconhecendo seu papel fundamental na construção de uma educação de qualidade.

Nesse sentido, para que uma política educacional possa contemplar melhor a saúde dos professores, se faz necessário considerar algumas estratégias, como as que se sugere:

- a) Investimento adequado: uma política educacional eficaz deve destinar recursos financeiros adequados para a implementação de programas de saúde e bem-estar dos professores, como a contratação de profissionais especializados em saúde mental, a disponibilização de materiais e equipamentos adequados;
- b) Programas de formação e capacitação: incluir programas de formação e capacitação específicos para os professores, abordando temas como autocuidado, gestão do estresse, promoção da saúde mental, entre outros, que podem ser desenvolvidos em parceria com instituições de saúde, universidades e especialistas na área;
- c) Promoção de ambientes de trabalho saudáveis: promover a criação de ambientes de trabalho saudáveis e estimulantes para os professores. Isso envolve a garantia de infraestrutura adequada nas escolas, como salas de descanso, espaços para atividades físicas e áreas de convivência. Além disso, é importante fomentar uma cultura de respeito, valorização e apoio mútuo entre os educadores;
- d) Medidas de prevenção e intervenção: contemplar medidas de prevenção e intervenção, visando à identificação precoce dos problemas de saúde dos professores. Isso pode incluir a realização de avaliações periódicas da saúde física e

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS



mental dos educadores, a criação de canais de comunicação para relatar situações de estresse ou assédio, e a implementação de ações preventivas, como atividades de promoção da saúde e bem-estar;

e) Parcerias e envolvimento da comunidade: estabelecer parcerias com instituições de saúde, universidades, sindicatos e outras organizações relevantes para apoiar a implementação das políticas de saúde docente; no mais, o envolvimento da comunidade escolar, incluindo pais e alunos, pode contribuir para criar um ambiente de apoio e valorização dos professores;

f) Avaliação e monitoramento contínuos: prever mecanismos de avaliação e monitoramento contínuos para verificar a eficácia das medidas implementadas e identificar possíveis ajustes e melhorias. Essa avaliação deve ser baseada em indicadores de saúde e bem-estar dos professores, como taxas de absenteísmo, satisfação profissional e índices de estresse.

Este estudo traz, na verdade, algumas provocações acerca da temática, as quais carecem de maiores debates e outras pesquisas que escavem melhor sua profundidade, todavia, entende-se que essas sugestões podem auxiliar nas discussões sobre políticas educacionais para que estas considerem a saúde dos professores de forma abrangente, políticas sérias e de continuidade que possam atender às necessidades de formação e valorização dos professores, elementos indissociáveis, cuja articulação precisa ser fortalecida para o alcance da melhoria da qualidade de vida e da própria educação.

## PROMOÇÃO



## APOIO



## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Tânia Maria de; PINHO, Paloma de Sousa; MASSON, Maria Lucia Vaz. Trabalho e saúde de professoras e professores no Brasil: reflexões sobre trajetórias das investigações, avanços e desafios. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2019; n. 35, Sup. 1. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/BYh8RV9xyw6/?lang=pt>. Acesso em: 12 mar. 2023.

ASSUNÇÃO, Ada Ávila; OLIVEIRA, Dalila. Andrade. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 349-372, maio/ago. 2009. Disponível em: Acesso em: 16 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 19 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm). Acesso em: 26 mar. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 27 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Brasil, DF, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file#:~:> Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasil, DF, 2019. DOU nº 247, 23.12.2019, Seção 1, p.115. Disponível em <https://normativaconselho.mec.gov.br/normativa.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016**. Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Brasil, DF, 2016. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm) Acesso em: 19 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº: 14/2020: Diretrizes Curriculares Nacionais para a **Formação Continuada** de Professores da Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 57, 26 out. 2020. Disponível em: [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECPN142020.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECPN142020.pdf). Acesso em: 28 abr. 2023.

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP  
30 ANOS

JOINPP  
20 ANOS

# XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22  
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA  
DOM DELGADO  
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO  
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA  
Formação da Consciência de  
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA  
DE CLASSE DE LUKÁCS

GOMES, A. V. A. **Contratação Temporária de Professores nas Redes Públicas de Educação Básica e o Cumprimento da Estratégia 18.1 do Plano Nacional de Educação**. Brasília: Câmara dos Deputados, jul. 2019. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/handle/bdcamara>. Acesso em: 02 dez. 2022.

MARIN, A.J. Precarização do trabalho docente. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, set./dez. 2004. Disponível em: Acesso em: 03 dez. 2022.

PIOVEZAN, P. R. **As políticas educacionais e a precarização do trabalho docente no Brasil e em Portugal**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Filosofia e Ciências. Marília, 2017.

REIMBERG, Cristiane Oliveira; SOUZA, Doracy Moraes de; SILVA; Jefferson Peixoto da; OLIVEIRA; Juliana Andrade. **Condições de trabalho e saúde dos professores no Brasil: uma revisão para subsidiar as políticas públicas**. São Paulo: FUNDACENTRO, 2022.

## PROMOÇÃO



## APOIO

